

## PLANEJAMENTO URBANO EM MARINGÁ: “CIDADE VERDE” E SUAS CONTRADIÇÕES

*SANTOS, Ana Paula<sup>1</sup>*

*MAGALHÃES, Beatriz*

*PAIXÃO, Bruna Martins*

*LITHOLDO, Karen*

*BARALDI, Mateus Rogério*

*SPADA, Sofia Bheatriz*

**Eixo Temático:** Política Pública e Planejamento Urbano.

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo realizar uma análise de como se aplica o planejamento urbano e ambiental na cidade de Maringá, relacionando bairros centrais e periféricos – Bairro Novo Centro e Santa Felicidade -, focando em uma relação entre renda e arborização. Em um primeiro momento, serão apresentados alguns conceitos trabalhados para entender-se o título de Cidade Verde que Maringá recebe; a segregação social e contradições encontradas na produção do espaço urbano maringaense. Posteriormente, apresentar-se-á o desenvolvimento do trabalho, o qual é composto, principalmente, pelas coletas de dados obtidos em trabalho de campo em Maringá, no ano de 2016, como entrevistas com a esfera pública - Secretária Municipal de Planejamento e Urbanismo; e Meio Ambiente - e com a população que habita ambos os bairros. Por fim, discutir-se-á, a partir das coletas de dados e referenciais teóricos, a hierarquia na ocupação do espaço urbano e arborização de Maringá como um fator que expressa segregação quando combinado com a análise das diferenças entre a infraestrutura e os serviços disponíveis nesses espaços urbanos. Deste modo, a discussão ficará fundamentada a partir de

---

<sup>1</sup> Trabalho realizado na disciplina de Metodologia do Trabalho de Campo, no ano de 2016, sob orientação da Profa. Dra. Sílvia Ap. Ortigoza e Profa. Dra. Sandra Pitton, curso de Geografia na Universidade Estadual Paulista, campus Rio Claro (UNESP-RC). Contato de um dos autores: Beatriz Magalhães, graduanda do curso de Geografia, UNESP-RC: bmagalhaes357@gmail.com

um referencial teórico, empírico - a partir de dados coletados em trabalho de campo – e técnico, com a formulação de gráficos com os dados coletados em campo.

**Palavras-Chave:** Maringá, cidade-verde, segregação socioespacial, planejamento urbano.

## INTRODUÇÃO

Segundo o Portal da Secretária Do Meio Ambiente Maringá é conhecida nacionalmente como cidade verde conta com 19 unidades de conservação e áreas de proteção permanente, além de inúmeras áreas verdes ao longo do setor urbano e há um amplo projeto voltado para a educação ambiental dos moradores, visando uma maior conscientização sobre o uso dos bens naturais e da importância da preservação de tais ambientes.

Desta forma, esta pesquisa teve como objetivo analisar a segregação socioespacial relacionada à arborização urbana na cidade de Maringá, situada no interior do Paraná. Esta cidade carrega a alcunha de “cidade verde” por ter uma das áreas urbanas mais verdes do país. Neste sentido a investigação partiu de um questionamento: há diferenciações intra urbanas quanto a execução dos projetos de arborização? Estas diferenciações estão ligadas a que variáveis socioespaciais? Se há diferenciações as mesmas são capazes de gerar uma hierarquia intra urbana?

O geógrafo David Harvey (1980) investigando a segregação socioespacial a luz do marxismo, chama a atenção para os significados da produção residencial. Para o autor, essa produção deve ser interpretada dentro das relações de produção da sociedade capitalista, e a diferenciação residencial gera diferentes maneiras de interagir com o espaço e construir valores a partir dele. Assim, essa diferenciação causa um acesso desigual aos recursos necessários para a ascensão social.

É importante ressaltar que o espaço urbano revela-se como o lócus da diversidade de relações sociais e econômicas e, é a expressão da principal base territorial para o desenvolvimento do capitalismo, a cidade. Deste modo, para compreender a produção do espaço urbano é necessário entender como este congrega as ações da sociedade que o cria e recria na medida das ações e intenções sobre ele. O dinamismo do espaço urbano é causa e efeito das ações e reações empreendidas nele e com ele, e este se apresenta em sua dimensão

histórica e social como lócus das ações da sociedade. Corrêa (1995, p.7) ao conceituar o espaço urbano apresenta as forças atuantes na sua dinâmica e configuração, afirmando que:

O conjunto dos usos da terra justapostos entre si definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer, e entre outras aquelas reservadas a futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade, ou simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado.

Em outras palavras, a cidade, é resultante de uma historicidade, e hoje, é o local de reprodução social, onde uma série de elementos irá atuar e se relacionar entre si, é a materialização de um conjunto de ações, ideologias e pensamentos. O espaço condiciona as relações que nele irão atuar, assim como as mesmas irão condicionar o espaço, e Maringá não foge dessa lógica apresentada pelo geógrafo Lobato Corrêa.

Deste modo, é possível relembrar o conceito de produção do espaço (LEFEBVRE 1991), que mostra o espaço conectado a uma realidade social, portanto, o espaço “em si mesmo” não deve ser um ponto de partida para análises, afinal, o espaço por si não existe, ele é produzido, influenciado, planejado, por uma série de agentes.

Assim, o espaço geográfico é capaz de revelar uma série de fatos a respeito da organização de uma sociedade. Temos como exemplo, a segregação sócio espacial, onde o espaço reflete as diferenças sociais e as reproduzem ainda mais na sociedade.

Maringá está situada a nordeste do estado do Paraná e, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui população de 403.063 habitantes, elevado valor no Produto Interno Bruto – PIB, aproximadamente oito milhões de reais e Índice de Desenvolvimento Humano que ultrapassa a marca de 0,8. O principal setor responsável por movimentar a economia do município é o de Serviços, que emprega o maior número de maringaenses. A cidade possui renda per capita elevada, correspondendo a 1167,39, sendo a segunda maior do estado do Paraná, perdendo somente para Curitiba. Com tantos indicadores elevados e/ou extremamente positivos, espera-se que Maringá ofereça para sua população serviços de qualidade, além de um tratamento mais igualitário entre os mais ricos e os mais pobres.

No entanto, com a criação do seu Plano Diretor, e as ausências de leis para as populações de baixa renda desencadearam, entre 1970 e 1980 o processo de favelização da cidade. O poder público da cidade agiu de maneira categórica realocando os moradores das favelas então existentes no centro da cidade para os Conjuntos Habitacionais, localizados na periferia. Dessa forma, registra-se nesse artigo que a esses moradores nota-se que é então negada toda a beleza existente em Maringá proporcionada pelas suas belas árvores, ou então reduzida de forma significativa.

O percurso metodológico teve como mote a obtenção de dados primários na Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Maringá e junto às cidadinos dos bairros objeto de análise. Para tanto, realizou-se a coleta de dados (arborização e renda), a partir de duas fontes; com o poder público e com a população de Maringá. Essa coleta se deu a partir de entrevistas com os moradores dos dois bairros (Santa Felicidade e Novo Centro), e entrevistas com os Secretários da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo - SEPLAN e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Bem-Estar Animal - SEMA. Ademais, realizou-se uma análise visual comparativa entre os mesmos bairros, a partir de imagens (fotos tiradas pelo grupo) e visitas in loco. Em outro momento os dados obtidos representados em gráficos e posteriormente analisados.

## DESENVOLVIMENTO

### *Um nascimento planejado: uma breve história a partir da percepção do trabalho de campo*

O grande desafio de Maringá atualmente tem sido fazer com que o planejamento acompanhe seu crescimento populacional, como é o caso do Novo Centro, que se verificou em campo. É um bairro mais recente e extremamente verticalizado, porém essa verticalização não foi regulamentada corretamente, gerando problemas urbanísticos e uma especulação imobiliária mais intensa naquela área.

A riqueza de Maringá ficou em evidência durante o campo, sua população – principalmente do Novo Centro – tem uma renda elevada. O desenvolvimento é alto pela presença de aparatos/instrumentos públicos nessas áreas, como parques, escolas e infraestrutura no geral. Por esses e outros motivos não é de se surpreender que a cidade chame a atenção de investidores para instalar seus negócios, pela existência de mão de obra qualificada – devido às

universidades – bem como de incentivos do poder público, que possui uma visão “progressista” e historicamente sempre favoreceu parcerias público-privado. No caso de bairro, como Santa Felicidade, os moradores entrevistados possuem uma renda familiar baixa em relação ao Novo Centro população, menos qualificada e o território do bairro apresenta claramente com baixa presença de parques, escolas e instrumentos públicos no geral.

Portanto, como ressalta Tows (2012), verificamos que o Estado (denominado também como Poder Público), tem papel fundamental no processo de produção do espaço urbano e de suas políticas públicas, pois dita os ritmos e os locais de crescimento, porém sempre favorecendo a classe dominante.

Pode-se considerar então, que Maringá trata de forma diferente sua população, porém a distância entre os mais pobres e os mais ricos é diferente, ainda é grande, mas não tão grande quanto em outras regiões do país.

### ***Análise da arborização a partir do planejamento urbano de Maringá***

Durante entrevista com o secretário de planejamento municipal, o mesmo relatou que o planejamento da cidade, desde seu início, teve a arborização intra urbana como básica/primordial, por isso tem-se ruas e/ou avenidas roxa, amarela e etc, pois os ipês foram plantados (o planejamento ocorreu para isso) exatamente com essa intenção.

Os novos loteamentos precisam ter projetos em que no terreno incluía-se uma parcela que tenha que ser gramada, para realizar o plantio de árvores e plantas, para despertar na população a apropriação dessa cultura, fazendo com que se conscientizem e auxiliem nos cuidados com essas áreas verdes. Sobre as áreas de fundo de vale, destacou-se que no município as áreas de proteção permanente são de 60m de cada lado/margem dos cursos d'água. Quando são da propriedade privada, esses terrenos precisam ser preservados e doados para a Prefeitura de Maringá, que se responsabiliza pela preservação da área.

Quando perguntado acerca de como foi pensada a criação do bairro Santa Felicidade o secretário, comentou que este nasceu por volta dos anos 1960, sendo uma tentativa da gestão daquele período de desfavelizar Maringá, através do programa Profilurb – Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados. O bairro foi criado para realocar essa população, mas devido a distância nasceu com o estigma de bairro segregado/excluído, tornando-se um território de “bandidos”. Com isso, Santa Felicidade expõe como, em Maringá, preservou-se o

território urbano das contradições sociais aparentes, cujo símbolo maior é as favelas, pode-se inferir que o processo de segregação da pobreza foi bastante eficiente. Em nome da preservação do belo traçado, do desenho arquitetônico, das concepções urbanísticas, legitimou-se o afastamento de elementos que não poderiam compor uma paisagem tão encantadora, como comenta Rodrigues:

Enfim, o processo de desfavelização empreendido em Maringá, além de compor os programas nacionais que financiavam tais iniciativas, constituiu-se na continuação do processo de embelezamento que sempre caracterizou o desenho urbanístico da cidade, bem como, também, na conservação do processo de segregação residencial das baixas rendas para fora dos espaços destinados às elites, pois as áreas onde as favelas foram se formando, na região do cemitério, são muito próximas da zona residencial principal e do centro da cidade. (RODRIGUES, 2004, p. 76)

Durante os anos 1990 e 2000, as gestões investiram muito dinheiro e esforços para tentar recuperar o bairro e sua população, realizando diversas obras para reformá-lo, levando até alguns aparelhos (como escolas e postos de saúde). Porém, para isso, muitas famílias residentes do Santa Felicidade foram realocadas para outros bairros do município, muitas vezes contra sua vontade.

Maringá foi projetada ao sul, existindo na parte norte do município fazendas, uma dessas foi comprada pela prefeitura e mais tarde doada para o estado do Paraná para a construção da UEM (Universidade Estadual de Maringá), surgindo outros interesses na região. Onde hoje se encontra o bairro, antigamente era uma área de cruzamento e “garagem” da ferrovia, o que atrapalhava a integração norte-sul do município, como a prefeitura não tinha condições de arcar com os custos de uma obra para realizar essa integração, passou-a para uma construtora, que depois poderia construir moradias (prédios) e realizar especulação sem muito controle, gerando alguns problemas urbanísticos. Este processo de formação territorial e planejamento urbano culminaram no que é hoje o bairro Novo Centro.

#### ***Alguns resultados coletados em campo – Bairro Novo Centro.***

A maioria das pessoas entrevistadas concordou com a fama de “cidade verde” que Maringá possui, como exposto no gráfico I “Maringá: Cidade Verde? – Bairro Novo Centro”. Entretanto, quando questionados sobre os incentivos e cuidados do poder público para a manutenção da arborização, elemento crucial para a construção dessa imagem, a maioria diz

que as ações são praticamente inexistentes e até mesmo os que afirmaram haver intervenções do poder públicos as definiram como insuficientes e pontuais, como a doação de mudas e mutirões, como colocado no gráfico II “Ações e incentivos do poder Público – Bairro Novo Centro”.

Gráfico I “Maringá: Cidade Verde? – Bairro Novo Centro”

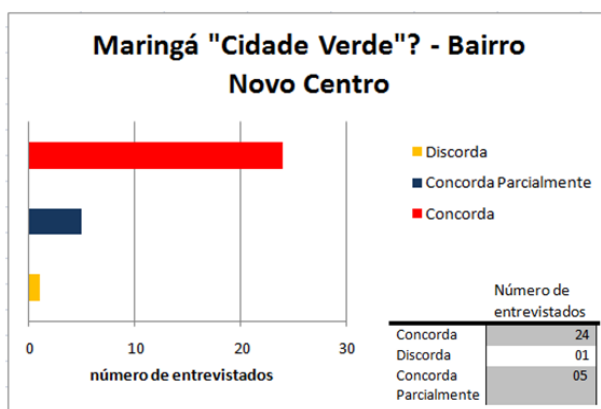
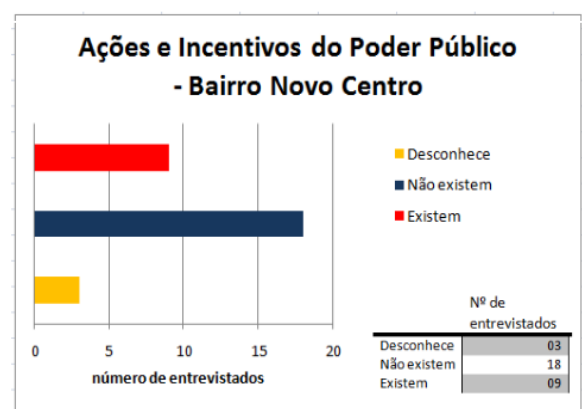


Gráfico II “Ações e incentivos do poder Público – Bairro Novo Centro”



Fonte: Dados organizados pelos autores obtidos em trabalho de campo, 2016.

Uma das maiores reclamações da população entrevistada era o fato de a prefeitura não realizar a manutenção adequada de árvores antigas, demorando em atender o chamado de pessoas que precisam da retirada das mesmas por apresentarem risco de queda em temporais, ventanias e outras adversidades. Além disso, fatores burocráticos, como licenças para sua retirada, impedem que a própria população tome medidas.

Assim, é possível observar a preocupação municipal em criar tal imagem, porém, favorecendo as áreas mais centrais e afastando a população de baixa renda, no intuito de valorizar áreas e homogeneizar o espaço, criando locais atrativos visualmente e economicamente.

#### *Alguns resultados coletados em campo - bairro Santa Felicidade*

Com base no gráfico III “Maringá: cidade verde? – Bairro Santa Felicidade”, nota-se que a maioria dos moradores do Bairro Santa Felicidade afirmam que não há ações nem incentivos do poder público para cuidar das árvores, e mesmo assim a maioria dos entrevistados concorda com a afirmativa de que Maringá é uma cidade verde.

Gráfico III “Maringá: Cidade Verde? – Bairro Santa Felicidade”

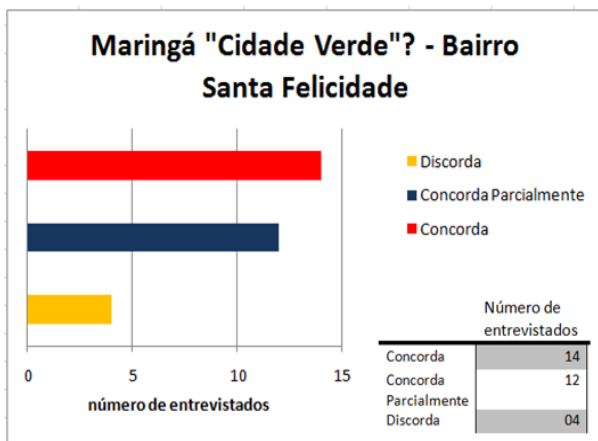
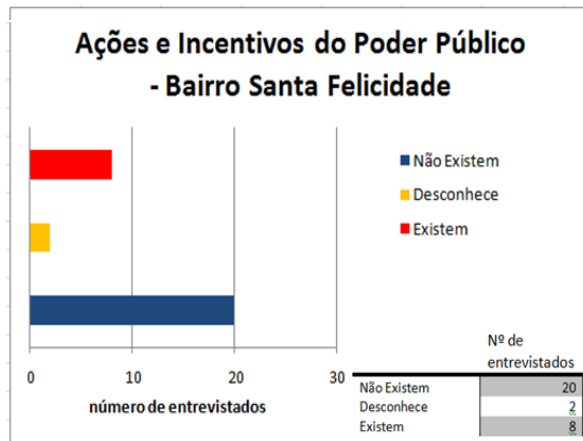


Gráfico IV “Ações e incentivos do poder Público – Bairro Santa Felicidade”



Fonte: Dados organizados pelos autores obtidos em trabalho de campo, 2016.

Ao longo das entrevistas, notou-se também que de um lado a maioria da população do bairro, ao confirmar a ideia de que Maringá é de fato uma cidade verde, por outro afirmou que de que em seu bairro não há uma grande quantidade de árvores, levantando assim a noção de aqui e lá. Ou seja, o verde de Maringá encontra-se “lá no centro e o aqui não é tão verde assim”.

Quando se perguntou sobre áreas de lazer no bairro, a grande maioria disse que existe uma praça, mas que a mesma se encontra mal cuidada e que por conta disso não a frequentam, tendo assim que se deslocar para a região central do município. Ao realizar a observação no bairro, constatou-se que a quantidade de árvores é de fato menor do que no centro, bem como os cuidados com as mesmas, como é exposto na Figura 1. O que comprova que a ideia de Cidade Verde para os moradores encontra-se em um contexto geral e não local. Os moradores a consideram verde não por conta da arborização do seu bairro, mas sim daquela presente no centro.

Figura 1 – Santa Felicidade e Bairro Novo Centro





"desfavelização" que foi conservado até os dias atuais pelo poder público. As classes intermediárias acabam por ocupar áreas próximas ao centro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, é perceptível que há uma hierarquia na ocupação do espaço urbano, a configuração centro-periferia, deixando mais evidente as desigualdades sociais, que são de certa forma. Essa ocupação desigual faz com que nas áreas centrais haja abundância de infraestrutura e condições necessárias para que a qualidade de vida seja elevada, enquanto nas áreas periféricas ocorre o oposto, havendo também, dificuldades de mobilidade para a população.

Ou seja, além de não apresentar diretrizes específicas para a manutenção e expansão da arborização na cidade, as ações pontuais da prefeitura não chegam até a população. Isso demonstra que faltam ações mais diretas da parte do poder público no que tange o incentivo aos cidadãos para que se apropriem e cuidem do espaço público como algo que lhes pertence. Deste modo, a população carrega consigo a imagem de "cidade verde" que Maringá apresenta, mas acabam por não se sentirem como contribuintes e, muitas vezes, nem mesmo beneficiados de fato com essa fama.

A questão da arborização da cidade pode ser encarada como um meio de análise de tal desigualdade, pois enquanto que no centro de Maringá as árvores são dispostas de um modo a oferecer sombras aos moradores e/ou frequentadores, no bairro Santa Felicidade parece ser aplicado de forma superficial, questão evidenciada pelas áreas de lazer, no centro um grande parque arborizado e na periferia uma quadra com poucas árvores. Tal questão pode também ser percebida nos critérios de cuidados estabelecidos pela prefeitura, que segundo boa parte dos entrevistados a preferência é nitidamente para o bairro central.

É evidente que o processo de gentrificação foi e ainda é presente na realidade de Maringá, deslocando moradores de baixa renda para áreas periféricas, com o objetivo de reorganizar o espaço, substituindo esses moradores por grupos de maior poder aquisitivo, comércios e entre outros, o que gera imóveis mais valorizados e uma mudança de perfil da área, criando na cidade, uma segregação planejada. Diferente das áreas centrais, a periferia não possui infraestrutura de qualidade e a mesma quantidade de áreas verdes e árvores, mostrando que a cidade verde é seletiva e não atende da mesma forma todos os bairros.

No entanto, outra ação pública chamou a atenção durante a pesquisa, por dividir opiniões entre os habitantes do bairro. A obra em questão é um muro alto construído nos fundos das casas que ficam ao longo da avenida que corta o bairro e o liga até o centro. Alguns vizinhos enxergam o muro como uma medida que aumentou a segurança de suas residências, enquanto outros o enxergam como uma maneira que o poder público encontrou de esconder o bairro da vista dos visitantes que passam por ali e habitantes de outras regiões, outra possível expressão da segregação socioespacial.

Associado à construção desse muro, na visão de alguns moradores, está o avanço dos condomínios de luxo para a região do Santa Felicidade. Esses moradores temem que as melhorias recentes no bairro sejam somente por conta de uma preocupação desses moradores dos novos condomínios de não viver perto de bairros considerados “perigosos”, ou que seja um avanço do capital imobiliário para aquela região, resultando num futuro na gentrificação da mesma.

Em suma, através do trabalho realizado é possível considerar que, mesmo que seja uma das diferenças mais chamativas visualmente, a arborização não é um fator determinante para definir o nível de segregação do bairro Santa Felicidade com relação a outros bairros. Porém, é mais um dos fatores que expressam essa segregação quando combinado com a análise das diferenças entre a infraestrutura e os serviços disponíveis nesses espaços.

## REFERÊNCIAS

- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- LEFÈBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell Publishing, 1991
- RODRIGUES, Ana Lucia. **A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá**, 2004. 258 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2004.
- TOWS, Ricardo Luiz. **Relações de poder e produção no Norte do Paraná**. XII Colóquio Internacional de Geocrítica, Bogotá - Colombia, 2012.

Portal GeoMaringá < <http://geoproc.maringa.pr.gov.br:8090/PORTALCIDADAO/>>.

Acesso em: 16 março 2017.